



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Mecias de Jesus

EMENDA Nº - CCJ
(ao PLP 68/2024)

O item 1.3 do Anexo XI do PLP nº 68, de 2024, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO XI

BENS E SERVIÇOS RELACIONADOS À SOBERANIA E À
SEGURANÇA NACIONAL, À SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E À
SEGURANÇA CIBERNÉTICA SUBMETIDOS À REDUÇÃO DE 60%
(SESSENTA POR CENTO) DAS ALÍQUOTAS DO IBS E DA CBS

| ITEM | DESCRIÇÃO | NBS / NCM / SH |
|------|---|----------------|
| ... | ... | ... |
| 1.3 | Serviços de Tecnologia da Informação (TI) não classificados em subposições anteriores, incluindo serviços de intermediação | 1.2602 |
| ... | ... | ... |

JUSTIFICAÇÃO

Atualmente, serviços de intermediação, como os oferecidos por plataformas de corridas compartilhadas urbanas, são tributados pelo PIS/COFINS sobre as receitas e pelo ISS pela prestação do serviço.

As alíquotas de PIS/COFINS aplicadas sobre a receita bruta são de 9,25%, no regime de não cumulatividade, e de 3,65% no regime cumulativo. As alíquotas de ISS aplicadas variam de 2% a 5%.



Com a implementação das novas regras trazidas pelo PLP 68/2024, a tributação mudaria drasticamente: empresas que atuam na não cumulatividade, e que, portanto, possuem uma carga tributária mais alta, sairiam de um patamar de 11,25% de tributação para 26,5% de IBS e CBS, o que representa um aumento de 135,56%, caso se aplique a alíquota cheia.

O PLP 68/2024 prevê, em seu art. 137, um regime especial de tributação para serviços de tecnologia da informação e os relaciona no Anexo XI. O dispositivo estabelece uma lista de serviços e produtos que estarão sujeitos a reduções de 60% nas alíquotas de IBS e CBS.

Necessário, portanto, que se promova ajustes para a inclusão dos serviços de intermediação no Anexo XI do PLP 68/2024.

Diante do exposto, solicito o apoio de meus nobres pares nesta Casa a aprovação desta Emenda.

Sala da comissão, 3 de outubro de 2024.

Senador Mecias de Jesus
(REPUBLICANOS - RR)

